



**CIDADE DE
SÃO PAULO**

COMISSÃO DE SEGURANÇA HÍDRICA

ATA DE REUNIÃO – Comissão de Segurança Hídrica

São Paulo, 14 de outubro de 2020.

- Teve lugar no dia 14 de outubro de 2020, das 15h às 17h, por ferramenta virtual, a **35ª reunião ordinária da Comissão de Segurança Hídrica**.
- Participaram da Reunião: Marco Palermo, da SP Urbanismo; Pedro Algodoal, Adriana Palheta, da Secretaria de Obras e Infraestrutura Urbana; Maria José Gullo, Jenny Zoila, Marcos Romano, Giulia Godinho, da Secretaria Municipal de Habitação; Carlos Motta, André Uguillo, da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico; Carlos de Nicola, do Instituto Água e Saneamento; Guilherme Checco, do Inst. Democracia e Sustentabilidade; Sandra Kishi, da Procuradoria Regional da República de São Paulo e Projeto Conexão Água; Maria Inês Sato, Eduardo Serpa, da CETESB; Ana Marina M. de Lima, Colaboradora do Projeto Conexão Água; Gustavo Rabello, da Secretaria de Governo; Bruno de Assis Janini, Amanda M. de Sousa, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano; César Pegoraro, da SOS Mata Atlântica; José Soares Pimentel, da ARSESP; Hélio Cesar Suleiman, Cristiane Cortez, representantes do Comitê da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê; Meunim Junior, da SABESP; Irineu Gnecco, da Secretaria de Gestão; Maurício Ramos de Oliveira, da Aliança Pelas Águas, Eunice Emiko Kishinami, da Secretaria Municipal de Saúde; Maurício Morais Tonin, da Procuradoria Geral do Município; Dartan Gravina, da Splendor Solis; Giuliano Ajeje, da UBS; José Luiz de Carra, Consultor; Maria Luiza Granziera, da UNISANTOS; Roseane Souza, da ABES; Sun Alex, da Secretaria do Verde e Meio Ambiente; Renato Zuccolo, Raphael Guerrero, do Inst. de Engenharia.
- Marco Palermo como coordenador iniciou a reunião cumprimentando os presentes e iniciando o encontro com a apreciação das notas da reunião anterior.
- Em sequência, o convidado Carlos Motta Nunes, da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico, iniciou uma apresentação sobre o novo Marco Legal do Saneamento.
- Inicialmente foi feita uma exposição de dados do número total (72) de agências reguladoras no Brasil, entre municipais, intermunicipais e



CIDADE DE SÃO PAULO

COMISSÃO DE SEGURANÇA HÍDRICA

estaduais. Destas agências, as estaduais abrangem mais da metade da população urbana em 54%, as agências municipais 13,5% e as intermunicipais 6,3%, os municípios sem agência reguladora equivalem a 26,1%.

- São atividades da ANA pelo Novo Marco do Saneamento (Lei 14.026/2020): Coordenação Regulatória [Definição, Elaboração, Análise, Avaliação e Monitoramento da agenda regulatória]; Capacitação [Capacitação de reguladores, publicação de manuais e assistência técnica à reguladores]; e Estudos Técnicos [Criação do Comitê Interministerial do Saneamento Básico e elaboração de estudos de planejamento de saneamento]. As atividades que não cabe a ANA são: Substituir as agências reguladoras locais e regular diretamente as prestadoras de serviço onde não há agências de regulação.
- Os conjuntos de Normas de Referência a serem editadas pela ANA são: Regulação Técnica; Regulação Econômica; Regulação Contratual; e outros aspectos.
- Carlos Motta apresentou a CSH a Agenda Regulatória 2020-2022, cuja diretrizes busca atender os prazos legais e aumentar a segurança jurídica e regulatória. Até o momento são 19 normas entre governança da ANA, governança das agências reguladoras, regulação contratual de água e esgoto, regulação econômica de água e esgoto, regulação técnica de água e esgoto, resíduos sólidos e drenagem urbana.
- Carlos Motta encerrou a apresentação convidando a comissão para participar da Consulta Pública da ANA. Em sequência, Marco Palermo abriu o espaço para que os membros da comissão pudessem tecer seus comentários.
- Sandra Kishi parabenizou a apresentação e indagou se as normas da ANA levam em conta a análise de impacto regulatório. Carlos Motta respondeu que a ANA leva sim em consideração as análises de impacto.
- Marco Antonio Palermo expressou sua preocupação em relação a falta de normas e planos de ação relacionados à drenagem urbana, que se relaciona a sua falta de sustentabilidade financeira. Os integrantes da CSH de Siurb completaram a fala do Marco pedindo maior integração de planejamentos. Carlos Motta respondeu que a ANA a drenagem urbana está no planejamento para 2022. Marcos Romano também endossou o tópico da drenagem urbana.



CIDADE DE SÃO PAULO

COMISSÃO DE SEGURANÇA HÍDRICA

- Iniciando o próximo item da pauta, Meunim iniciou a apresentação do cruzamento dos dados de instalação de pias e caixas d'água com as áreas de atendimento prioritário. Das 162 pias instaladas 66 estão dentro ou próximas das áreas prioritárias, totalizando 52 áreas atendidas.
- Encerrando, Gustavo Rabello apresentou o Balanço da CSH com as principais ações desenvolvidas pela comissão desde sua criação.